



Rel:—
MATS HD
Lares.

*MUNICIPIO DE ALMEIDA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2023
ATA N.º 11/2023*

ABERTURA

Ao vigésimo oitavo dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, na freguesia de Almeida, no Salão Nobre dos Paços do Município, sito na Praça da Liberdade, em Almeida, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor João Paulo Pires Rolim, designado Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em substituição de António Baptista Ribeiro, e sendo a mesma composta ainda, pela senhora Mariana de Almeida Estevão, na qualidade de Segundo Secretário.

Eram nove horas e trinta e cinco minutos quando o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida deu início aos trabalhos desta sessão, cumprimentando todos os presentes.

PRESENCAS E AUSÊNCIAS

A sessão teve início com a verificação de presenças e ausências.

Relativamente à composição da Assembleia Municipal em matéria de pedidos de substituições ao abrigo dos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e considerando que o Senhor António Baptista Ribeiro pediu substituição e que o mesmo exerce funções de Presidente da Assembleia Municipal, foi designado para exercer aquela função o Senhor João Paulo Pires Rolim, enquanto a sua substituição na Assembleia foi feita pelo senhor Carlos Henrique dos Santos Soares.

Pediu igualmente substituição o senhor José Guilherme da Silva Abranches, substituído nos termos legais e regimentais pelo senhor José Carlos Monteiro e a senhora Maria Manuela dos Santos Veiga e Paulo, substituída pelo senhor João Alexandre Silvestre Fabião.

Real
MAREJIN
Lanes.

Considerando que os mesmos foram notificados nos termos legais e regimentais, estando presentes na sala e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciaram aqueles, imediatamente, as suas funções como membros da Assembleia Municipal.

Verificadas as presenças e dada a existência de quórum, com o registo das faltas da senhora Maria Helena Dias Alves e do senhor Carlos Alberto dos Santos Rodrigues, o senhor Presidente da Assembleia declarou abertos os trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almeida.

Pelo executivo camarário estiveram presentes: o Presidente da Câmara, António José Monteiro Machado, o Vice-Presidente Alcino Miguel dos Santos Morgado e os vereadores Maria da Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro, Alexandre Manuel Fernandes Gonçalves e Catarina Manuel Batista Vilhena de Carvalho.

ORDEM DO DIA

Verificadas as presenças e dada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão com a seguinte Ordem do Dia:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Expediente e Assuntos de Interesse Autárquico – *Conhecimento*;
2. Leitura e Aprovação de Atas de Sessões Anteriores – *Votação*;
3. Inscrição de membros da Assembleia para o Período Antes da Ordem do Dia

II – ORDEM DO DIA

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e Situação Financeira do mesmo – *Para conhecimento*;
(Alínea c), do nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)
2. Projeto de Alteração ao Regulamento de Toponímia e Numeração do Município de Almeida - *Votação*;
(Alínea g), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)
3. 8.ª Modificação aos Documentos Previsionais e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023 – *Votação*;
(Alínea a), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)
4. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano 2022 – *Votação*;
(Alínea i), do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro)

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO

(Artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal de Almeida)

Rol
MAY 10
Luis

1. Expediente e Assuntos de Interesse Autárquico;

O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi recebida a Minuta de Deliberação do Parecer do Conselho Municipal de Juventude à Prestação de Contas de 2022, onde se pode ler que “O Conselho Municipal de Juventude da Almeida (CMJA), reunido a 24 de abril de 2023 emite Parecer Favorável à Prestação de Contas de 2022, por Unanimidade”, disponibilizando o documento para consulta dos deputados.

Colocou também à disposição dos presentes, uma Recomendação da Assembleia Municipal de Barcelos, enviada a todos os órgãos de Soberania, com as conclusões retiradas após Conferência realizada a 20 de janeiro de 2023, onde se debateu a temática da violência doméstica.

Deu ainda conta de que, apesar de ter sido enviado a todos os membros, estava também disponível para consulta o documento “*Relatório Da Atividade Desenvolvida E Da Fiscalização Efetuada E Parecer Da Sociedade De Revisores Oficiais De Contas Sobre Os Documentos De Prestação De Contas Do Município, Relativas Ao Período Findo Em 31 De Dezembro De 2022*”, informando de que o Parecer foi positivo, na medida em que os documentos supracitados se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a este sector, nos termos referidos na Certificação Legal das Contas.

2. Leitura e Aprovação de Atas de Sessões Anteriores;

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, em ordem ao estatuído no n.º 2 do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, deu conta da ata da sessão anterior, a ata n.º 9, do dia 27 de fevereiro de 2023, tendo a mesma sido colocada à apreciação dos membros do órgão.

Colocada a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

3. Inscrição de Membros da Assembleia para Antes da Ordem do Dia;

Pelo senhor Presidente da Assembleia foram abertas as inscrições para as intervenções.

Inscreveu-se a deputada Tânia Martinho para, na qualidade de Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Almeida, e em representação de todos os deputados municipais e vereadores, se pronunciar relativamente ao Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição, de acordo com o artigo 10.º da Lei n.º 24/98 de 26 de maio. Afirmou que, dado que o referido Relatório foi publicado na página do Município a 29 de março, na mesma data em que lhe foi endereçado via email, “não permitiu qualquer

resposta ou discussão prévia, pelo que o Partido Socialista considera que aquele ato por si só é mais uma demonstração da falta de cumprimento do artigo 4.º”. Acrescentou que, “consideram, ser o direito menos respeitado e praticamente ignorado pelo Executivo Municipal”. Afirmou, “que a maioria das informações solicitadas pelos eleitos do Partido Socialista não são facultadas, não cumprem a razoabilidade de prazo para os devidos efeitos ou o seu teor não corresponde ao requerido”. Relativamente ao artigo 6.º - Direito de Participação - do mesmo Diploma, diz não compreender qual o protocolo seguido pelo Executivo para a presença e participação em atos e atividades oficiais, em que a representação dos órgãos locais membros do Partido Socialista só têm conhecimento através da comunicação social. Em modo de conclusão, afirmou que o Partido Socialista considera que está ainda muito trabalho para desenvolver e concretizar para que o direito de oposição seja exercido de forma plena e democrática.

Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Bruno Sousa, Presidente de Junta de Freguesia da Malhada Sorda. Após cumprimentar todos os presentes, disse pretender esclarecer algumas dúvidas sobre a Delegação de Competências e a sua aplicação, nomeadamente, em relação à alínea g) sobre o licenciamento de utilização e ocupação de espaço público, procurando esclarecer se este tipo de licenciamento se prende com todo o tipo de ocupação de via pública, questionando o caso de haver obras na freguesia, se a ocupação da via pública é licenciada pela Junta de Freguesia, uma vez que não vão saber se a obra está licenciada ou não. Para além desta, colocou também uma questão relativa à alínea h) Licenciamento de fixação de publicidade de natureza comercial, publicidade afixada nas fachadas, nas esplanadas. Afirmou que considera que é “relativamente fácil de gerir e fazer, mas implica o acesso ao Balcão do Empreendedor que, à partida, a Câmara terá e as Juntas de Freguesia não têm”, pelo que questionou se deverão fazer a inscrição nesse Balcão ou, em alternativa, se haverá coordenação com os serviços da Câmara. Para além destes assuntos, explanou a sua preocupação com o cemitério da freguesia, dizendo que este, apesar de já ter sido alvo de ingerência, ainda precisa de mais intervenção pois continua a apresentar deficiência na drenagem das águas. Disse que o Inverno vai chegar rapidamente e gostaria de saber se a Câmara já articulou com o empreiteiro a resolução da questão.

Tomou a palavra o senhor Leandro Giestas. Afirmou já o chamarem “o senhor das águas”. Disse que a freguesia de Freineda continua com problemas de abastecimento público e a ter queixas diárias com a questão da falta de pressão de água. Para além das pessoas não conseguirem tomar banho com a falta de pressão, começam a existir muitas ruturas em zonas que não era frequente acontecerem, depreendendo que a conduta já deve estar obsoleta. Lamentou este ser um tema já muito falado e debatido nas Assembleias Municipais e por isso

Rol
MPSO
Lares

pediu ao Município que “resolva o problema de uma vez por todas, e que saia de uma vez por todas, um projeto da gaveta” porque disse que como autarca da freguesia não consegue dar respostas imediatas aos populares que lhe batem à porta e que querem resolvida a situação. As pessoas sentem-se lesadas e não é desta forma que se fixam pessoas no concelho. Continuou a sua intervenção no sentido de falar sobre os antigos Protocolos Contratos Interadministrativos, afirmando que “é com muita pena minha que não vêm a esta Assembleia os contratos pois gostava de saber em que ponto estão, se vão realizar-se ou não, não veio o relatório e por isso não sabemos quem cumpriu com o estipulado e se vão ser cumpridos ou não esses contratos”.

Ato contínuo, tomou a palavra a deputada Sara Correia para dizer que a sua questão está relacionada com o artigo 56.º-A, do Regimento da Assembleia Municipal de Almeida. Citando o artigo, solicitou à Mesa a apresentação do referido Relatório, uma vez que ainda não o fizeram nesta Assembleia.

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor José Gonçalves que afirmou querer colocar três questões. A primeira relacionava-se com a Carta Educativa elaborada pela Câmara Municipal, à qual, em reunião realizada dia 22 de novembro de 2022, o Conselho Municipal de Educação e após discussão deu Parecer Favorável. Dado que a sua aprovação é competência da Assembleia Municipal e como o assunto não fazia parte da Ordem de Trabalhos daquela sessão, solicitou ser colocado ao corrente do ponto de situação da Carta Educativa. A segunda questão tem a ver com a comemoração do 50.º Aniversário do 25 de abril de 1974 que se comemorará no próximo ano. Entende que uma das vertentes fundamentais do 25 de abril foi o poder local democrático, pelo que gostava de deixar uma proposta no sentido de, no próximo ano, na cerimónia evocativa, o Município distinguir todos os antigos autarcas que foram eleitos após 1976, como forma de reconhecimento e agradecimento à causa pública e o capitão de abril de Almeida, Monteiro Valente. A terceira questão relacionava-se com saber a data para a conclusão das obras no cruzamento da Rua do Túnel e a Rua das Morganheiras, em Vilar Formoso.

De seguida, foi dada a palavra ao senhor André Silva, Presidente de Junta de Freguesia de Vilar Formoso que afirmou querer questionar acerca das obras do pavimento na localidade de Vilar Formoso, questão igualmente abrangida anteriormente pelo senhor José Gonçalves e saber do também referido Relatório dos Contratos Interadministrativos. Disse pretender saber o ponto de situação do túnel, junto à Estação, porque aquele espaço requer alguma manutenção e limpeza, mencionando que já ali houve queda de pessoas. Outra questão prende-se com a manutenção das lajetas junto à fronteira pois estão todas levantadas e também ali já aconteceram quedas. Afirmou ainda, que no mesmo espaço, se realizou o Festival Ecoa e que uma das reclamações tinha sido em relação às casas de banho da fronteira, que

também necessitam de manutenção urgente. Por último, questionou acerca da sinalização vertical da Rua do Comércio. Disse que as obras daquela rua já estão parcialmente terminadas, pelo que considera importante colocar-se o quanto antes a sinalização, pois para quem conduza e passe naquela rua quem se apresente pela direita tem prioridade, o que não é correto.

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para que pudesse responder às questões levantadas.

O senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes e informando que, por lapso, a sessão da Assembleia Municipal foi agendada para o Salão Nobre do Município, mas que, por razões de maior comodidade, futuramente, se alterará novamente para o Auditório Municipal, embora a próxima, que será itinerante, e se realizará no mês de junho, decorrerá na freguesia de Malpartida.

Continuou respondendo à deputada Tânia Martinho, reconhecendo que, houve anos que por omissão, por esquecimento, por não se ter feito a comunicação aos representantes, nem sequer de facto houve o Direito de Oposição. Afirmou que este ano tiveram o cuidado de enviar para o correio eletrónico que tinham como o indicado dos representantes, havendo até uma certa imprecisão sobre quais os correios eletrónicos corretos para se proceder ao envio da referida comunicação. Recorda que haviam de facto algumas questões dos representantes do Partido Socialista relativamente às opções que tinham para o Orçamento, mas têm vindo a fazê-lo. Quanto à questão de falta de convite, de comunicação ou divulgação do calendário do Presidente da Câmara, afirmou que em todas as ações que acontecem no concelho, na lista das entidades convidadas estão sempre todos os membros da Assembleia Municipal, vereadores, as entidades locais, pelo “que não acha que venha à questão essa preocupação” que a senhora Tânia Martinho levantou, pois, da sua parte, a transparência e a comunicação serão sempre as melhores possíveis.

Em resposta ao Presidente de Junta de Freguesia, Bruno Sousa, respondeu que sobre as Delegações de Competências, é um processo sobre o qual ainda estão a trabalhar. O Município ainda terá de rever alguns regulamentos municipais e fazer outros que ainda nem sequer existem, mas estarão sempre abertos para fazer acompanhamento direto, reforçando a ideia de que acredita que cada vez que existirem problemas, a solução deve passar pelo contacto direto com o Município. Continuou dizendo que existem vários regulamentos a fazer este ano ou durante o próximo para se chegar a uma situação ideal. Em relação à questão do cemitério da freguesia, afirmou já ter reunido com os Serviços Técnicos, no sentido de ser melhorada a drenagem e haver algum tipo de intervenção na camada superficial do terreno para se melhorar a percolação.

Ral
MATEUS
Lanes

Ral -
MARTIN

lanes

Relativamente à questão levantada pelo senhor Presidente de Junta da Freineda, o senhor Presidente da Câmara explicou que aquela também é para si uma prioridade, não só na Freineda, mas também em Vilar Formoso, que também tem o mesmo problema de pressão de água. Afirmou que são cumpridos os mínimos e a vivência atual já não quer viver com os mínimos obrigatórios e pretende uma qualidade melhor. Afirmou também, que as situações da Freineda são pontuais, por ruturas, avarias ou consumos elevados que levam a que isso aconteça, acrescentando que ele próprio é afetado na sua casa por esta falta de pressão. Contudo, disse que está definido este ponto como prioridade há já vários anos e lembrou que está colocada em Orçamento verba para se conseguir fazer esses trabalhos e quer que o projeto saia da gaveta para se implementar. Afirmou que já há muitos anos se coloca verba no Orçamento para se conseguir executar esse trabalho, contudo, implica encontrar-se a solução de achar um espaço para construir um depósito, que resolva o problema das zonas mais altas e da colocação na rede de algumas válvulas de pressão. Assegurou ter tido uma reunião onde se abordou este assunto, havendo uma probabilidade muito grande de no Programa 2030 estar colocada uma verba para este tipo de candidaturas.

Quanto à questão dos Contratos Interadministrativos, defende que “é uma dúvida que já podia ter sido desfeita” porque a aprovação dos Contratos Interadministrativos foi aceite, não anualmente, mas sim para um mandato. Quando se aprovou o Orçamento estava lá prevista a rubrica relativa aos Contratos Interadministrativos, de acordo com a tabela que foi aprovada.

Quanto ao Relatório, referiu que se irá tratar do mesmo, por forma a que seja presente aos órgãos.

Em relação à questão do senhor José Gonçalves, quanto à carta educativa, o senhor Presidente da Câmara permitiu que, dada a presença do vereador Alcino Morgado, que tutela o setor da Educação, fosse o mesmo a responder-lhe. O senhor vereador informou que em relação à Carta Educativa, “todas as categorias e vertentes que lá se pretendem ver vertidas constam na mesma, sendo, no entanto, este, um documento aberto, sempre sujeito a novas propostas. O facto de não ter vindo a este órgão deve-se exatamente aos passos que terão de ser dados até aprovação final. Neste momento, estamos na fase de inserção do documento na plataforma da DGESTE – Direção Geral de Estabelecimentos Escolares. Feita esta inserção, fomos notificados para identificar e juntar elementos sobre as intervenções efetuadas nas Escolas de Almeida e Vilar Formoso, nomeadamente obras e montantes. Dada essa resposta, ficaremos a aguardar a aprovação final para aí sim, ser presente aos órgãos legalmente exigidos”. Concluiu o senhor Presidente da Câmara acerca deste ponto, afirmando que assim que tiverem uma resposta, fará chegar a informação aos órgãos, para ficar aprovada e entrar em vigor.

Rel
MATEIRO
Luis

Quanto ao que o professor José Gonçalves estava a propor em relação à comemoração dos 50 anos do 25 de abril, afirmou que iria distinguir os antigos autarcas e o capitão de abril Monteiro Valente. Também é sua opinião que os cinquenta anos do 25 de abril devem ficar recordados no concelho, dizendo que tem algumas ideias em curso. O que foi falando com algumas pessoas acerca deste assunto foi que, com tempo, deverá fazer-se uma reunião com a Comissão Organizadora do 25 de abril, com uma equipa da Câmara e das Juntas de Freguesia que se queiram associar, no sentido de se trabalhar as ideias que, entretanto, vão surgindo em conversas, e trabalhar-se no sentido de ver aquelas que possam ser plausíveis de serem implementadas.

Quanto à questão da Rua do Túnel e das Morganheiras disse que gostava de dizer uma data, mas que, efetivamente, não a tem. Sabe que o assunto está a ser tratado. Disse ser uma situação que se agrava mais pelas obras que estão a acontecer na linha da Beira Alta.

Em resposta às questões levantadas pelo senhor André Silva, o senhor Presidente da Câmara respondeu que são assuntos que estão na ordem do dia e que tem na agenda para resolver, dizendo que também a ele lhe têm chegado algumas queixas e reclamações. Existem questões quem não têm o acompanhamento que deveriam ter e outras que já gostaria de ter visto resolvidas, tal como ter a aprovação para concluir as obras. Informou que ainda falta um Parecer do IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes - que está a tardar mais do que deveria, dizendo que inclusive, já pediu uma reunião de carácter urgente nas Infraestruturas de Portugal para tratar desse assunto. Afirmou saber que as casas de banho não estão nas devidas condições e que já as poderiam ter do outro lado da rua, que é o que está previsto fazer, de forma a ficarem condignas e ao dispor, quer dos utilizadores do Parque TIR, quer dos passantes naquela zona da linha da fronteira. Quanto à sinalização vertical, respondeu que também já alertou para essa situação, informando que há um erro no projeto que terá de ser suprido para se resolverem os problemas da sinalização e que já foi dada indicação aos serviços para o fazerem.

Tomou a palavra o Presidente da Assembleia para responder à senhora Sara Correia relativamente à questão levantada sobre o artigo 56.º-A, dizendo que considera a observação pertinente e convidando os eleitos das referidas Comissões a apresentarem o Relatório.

Concluídas as intervenções, passou-se ao Período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu o período da Ordem do Dia pondo à discussão o primeiro ponto:

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo;

Tendo presente a informação nos termos na alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º e n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remetida pela Câmara Municipal, sobre o assunto em epígrafe, e recebida por todos os membros da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

O senhor Presidente da Câmara chamou a atenção para dois erros do Relatório. O primeiro prendia-se com a paginação repetida e o segundo, na página um, onde se lê "GR45 Aldeias Históricas" deverá ler-se "GR 45 Grande Rota Vale do Côa". Mais disse, que continuando o trabalho dos anos anteriores, tem procurado melhorar o relatório com mais informação. O Município tem mantido boa saúde financeira e terminou, mostrando-se disponível para responder a eventuais questões.

Inscreeveu-se o deputado João Filipe Coelho para fazer a sugestão de, nas empreitadas, os quadros terem os números das adjudicações e o valor dos autos de medição, considerando que seria relevante colocar-se também a revisão de preços, uma vez que na Prestação de Contas o Presidente disse que essas mesmas são avultadas, pelo que gostava de saber o valor.

Seguidamente, interveio o deputado João Fabião, para dizer que no preâmbulo do Relatório é balizado o período de atividades em análise, no entanto, no seu parecer, o documento assemelha-se mais a uma agenda do Município. Teceu umas considerações nesse sentido, pois, para além das atividades no período descrito no preâmbulo, apresenta-se também as futuras atividades, para maio e junho, pelo que deixa o repto ao senhor Presidente da Câmara para que se efetivamente pretender lançar uma agenda das diversas atividades culturais, sociais e desportivas, o faça, porque é uma mais valia para o Município ficar a conhecer atempadamente os planos do Município no âmbito das atividades. Mais disse que aquele Relatório peca pela informação que apresenta pois, "ainda que se descreva quais foram as grandes e as pequenas atividades do mesmo e dos diversos departamentos que integram o Município, ainda que o senhor Presidente se escuse em apresentar a verdadeira organização do Município e de forma é que os departamentos se compõem em Almeida, isso ajudaria a perceber qual o capital humano envolvido neste tipo de atividades e o investimento em cada uma delas. Percebe-se que poderá gerar alguma confusão interna, uma vez que nas diversas páginas se repetem atividades, ainda que tenham o mesmo âmbito de execução e atuação o que lhe parece uma duplicação de funções e de serviços". Concluiu, solicitando que se apresentassem métricas com o impacto de cada atividade, dando como exemplo, o número de participantes, dizendo que nalgumas atividades isso é apresentado e noutras não. Disse também que se deveria apresentar as entidades envolvidas nessas atividades, o investimento

Rat
MMF 2020
Cens.

Rab. —
MATEO
Lones.

que houve, o retorno possível, o número de famílias apoiadas, no caso de iniciativas sociais. Disse que isso permitir-lhes-ia ter uma noção do retorno de cada investimento e o que é que ele traz para o concelho nas diversas dimensões. Mais adiantou, que nos quadros onde é apresentada a segmentação do público, tanto na restauração como no alojamento, parece-lhe haver um pouco de falta de rigor nas variáveis que são escolhidas, uma vez que se misturam nacionalidades com naturalidades, estando por isso a enviesar o resultado, não permitindo tirar conclusões gerais, dando como exemplo, que se diz que 2% das pessoas de alojamento são do distrito da Guarda mas isso quer dizer que os estamos a excluir do segmento nacional, ou seja, os números para si não estão claros e a estatística tem que ser rigorosa. “Em política o que importa é saber o que está em causa e em cada medida que se promove, o que se ganha e o que se perde, quem ganha e quem perde, sendo importante haver avaliação contínua das políticas públicas tomadas, com este instrumento reforçamos a democracia, o debate e a qualidade das medidas promovidas”, afirmou, concluindo a sua intervenção.

O senhor Presidente da Câmara respondeu à questão levantada pelo senhor João Filipe Coelho sobre a revisão de preços, dizendo que é uma questão que se poderá ver no futuro poder vir a ser colocada, pois pretende transparência total, mas só quando se está numa fase final de pagamentos é que haverá condições para isso.

Quanto à intervenção de uma forma geral do deputado João Fabião, disse que a agenda municipal é um dos objetivos que está colocado nas equipas que estão a tratar dessa questão, para o Município vir a ter uma agenda municipal ou cultural para que se divulgue tudo o que vai ser feito ou vai acontecer no Município. Quanto ao facto de o documento ter, na opinião do deputado, pouca informação e à própria avaliação feita do mesmo, o senhor Presidente deixou a sugestão do mesmo consultar a página de internet do Município pois são lá colocados todos os subsídios, quer sejam de natureza social ou para incentivo do setor agrário que são atribuídos, pelo que lhe disse que se tinha dúvidas de algum evento que o afirmasse ali e que lhe dissesse qual é que a Câmara não deveria fazer. Colocar em causa o relatório, por não virem colocados todos os números e se “o estrangeiro era português” quando se deslocou ao Posto de Turismo, começamos a ter dificuldades. Afirmou que percebe a intenção e o que pretende o deputado afirmar, mas mais uma vez lhe disse que se tem dúvidas sobre algo para expor, que ele tentará responder com os dados que tem ao seu alcance.

Não havendo mais questões, passou-se ao ponto seguinte.

2. **Projeto de Alteração ao Regulamento de Toponímia e Numeração do Município de Almeida;**

Informou o senhor Presidente da Assembleia que, decorrido o prazo de 30 dias úteis, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo 56.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo do Projeto de Alteração ao Regulamento supramencionado, cujo aviso foi publicado no Diário da República II Série, n.º 21, de 30 de janeiro de 2023, e na página da internet do Município, não foram apresentadas nos Serviços, quaisquer reclamações ou sugestões sobre o seu conteúdo.

Não havendo questões, procedeu-se à votação do Projeto de Alteração ao Regulamento de Toponímia e Numeração do Município de Almeida, nos termos da alínea g) do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, tendo sido aprovado, por unanimidade.

3. **8.ª Modificação aos Documentos Previsionais e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023;**

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer que aquela revisão vem no seguimento de se poderem candidatar ao PDR – Programa de Desenvolvimento Rural, as Rotas Equestres para se desenvolver esse projeto, pela aquisição de novos equipamentos e renovação de outros e dado que é uma obrigatoriedade estar no Orçamento e não se tinha colocado, daí a necessidade de abrir a rubrica.

Houve também necessidade de revisão dadas as progressões remuneratórias que vão acontecer, ao acordo feito com a equipa do SAAS, da Aldeia de São Sebastião que já estava a fazer esse trabalho com a Segurança Social e no âmbito da assunção das competências da ação social, do projeto dos bio-resíduos e alteração de uma rubrica para a possibilidade da realização de uma obra em Nave de Haver, da escola primária e de poder ser a Câmara a entidade elegível na questão de uma candidatura.

Inscreeveu-se para intervir neste ponto a deputada Tânia Martinho, solicitando que o senhor Presidente lhe pudesse explicar melhor a rubrica relativa aos Bio-Resíduos. O senhor Presidente respondeu que o Estado Português tem um compromisso com a União Europeia de haver uma redução dos resíduos de 30% o que vai obrigar a que os Municípios incidam sobre os resíduos principalmente da parte orgânica. Disse que no caso do concelho de Almeida, em parceria com a Associação de Municípios da Cova da Beira e o Instituto Politécnico da Guarda foi feito um estudo com vários cenários, chegando-se a várias medidas, entre as quais destacou a recolha dos resíduos orgânicos porta-a-porta, mas que na sua opinião é uma medida que não tem viabilidade financeira e económica ser o Município de Almeida a assegurar essa função pois

Ral
MHC
Lmes

Robi
MAD
Luis

disse que, já é uma dificuldade enorme o aumento catastrófico feito na aplicação das taxas de resíduos que estão a ser aplicadas nos municípios. Outra das medidas foi haverem combustores de alguma dimensão, serem públicos e depois haver utilização ou nos jardins ou na parte agrícola, contudo, referiu que a nossa situação é mais rural, e quase que em cada casa há animais como cães ou galinhas que aproveitam esses resíduos, pelo que a bio-combustagem está a ser feita de forma natural pelos nossos habitantes. Afirmou que o cenário que está mais em equação é então, a entrega de bio-combustores aos próprios privados e à população para que os possam utilizar diretamente para que esses resíduos sejam utilizados nas hortas e nos jardins, ficando na dúvida como se vai tratar Almeida e Vilar Formoso que têm um cariz mais urbano. Pelo que, concluiu, o objetivo é o de baixar o volume de resíduos através dos orgânicos.

Colocado a votação, foi aprovado, por maioria, com 23 (vinte e três) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 8 (oito) abstenções, dos deputados João Saraiva Coelho, José Gonçalves, Tânia Martinho, Jaime Varelas, António Frias, João Fabião, Sara Correia e Sónia Carvalho, a 8.ª Modificação aos Documentos Previsionais e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2023, nos termos da alínea a) do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

4. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano 2022;

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que começou por referir que naquele documento chegaram a várias conclusões. A estrutura organizacional da Câmara está bem definida como está claramente demonstrado nos documentos e na página de internet do Município. Afirmou que têm vindo a melhorar em muitas áreas a capacidade de resolver problemas, de promover a coesão territorial, a responsabilidade social, a participação, a transparência, a sustentabilidade ambiental, a eficiência e qualidade. A ressaca da pandemia e o início da guerra na Ucrânia fizeram com que houvesse um retrocesso, que foi lesivo e que fez com que houvesse diminuição da receita, recordando que a mesma foi na ordem dos 800.000,00€ (oitocentos mil euros) há dois anos e mesmo com alguma melhoria não fez com que houvesse qualquer compensação. A guerra da Ucrânia e o aumento da inflação fez aumentar os custos generalizados, destacando-se os combustíveis, a energia, os materiais, as revisões de preços avultadas, os concursos públicos de diversas obras que se lançaram para o mercado e que ficaram “desertos” com mais de uma tentativa para os conseguir, sem êxito. Aumentaram os custos das mercadorias, nomeadamente, água, saneamento e resíduos e as taxas que lhes são aplicadas, enquanto que, esse respetivo aumento de preços não foi acompanhado para os munícipes, pois não foram alteradas as taxas, por achar ser a forma de ajudar os munícipes do concelho de Almeida. Mais informou, que continuam a reforçar a capacidade técnica, continuando com o foco na

Rel
MARTINHO
Ined.

educação, no desporto, com diversos projetos que têm vindo a implementar. Mais disse, que tiveram um investimento enorme em obras, que podia ser maior se tivessem tido êxito. A execução tem tendência a melhorar, embora reconheça que ainda estão longe de conseguir um valor que o satisfaça. Continuam a ter solvabilidade e liquidez para ter autonomia financeira e robustez para continuar a trabalhar nos projetos que se candidataram, até ao fim do mandato, principalmente ao nível dos problemas de água, que são tão importantes para a população. As contas são transparentes, disse. Contudo, informou que o Parecer do Revisor Oficial de Contas alertou para a questão que ainda não têm completamente resolvida e que é a gestão da contabilidade de custos que ainda não está devidamente aplicada e implementada na organização em si.

Inscreeveu-se para intervir a deputada Tânia Martinho, questionando o senhor Presidente e, no âmbito da Prestação de Contas, o que voltou a falhar. Disse que segundo o que lhes foi explicado, e conforme o que está no Relatório, os custos com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços representam cerca de 60% das despesas do município, a inflação não ajudou, a receita é um fator acrescido, no entanto, no que respeita às despesas de capital continua-se com uma taxa de execução abaixo dos 45% e sendo já recorrente dos vários anos, a sua questão foi sobre o que é que voltou a falhar e qual o plano do Executivo para que se possa aumentar os níveis de execução, precisamente das despesas de capital, para que se possa alterar o paradigma do concelho.

Interveio o senhor João Filipe Coelho. Procedeu à leitura do segundo parágrafo, da página quatro do Relatório de Contas, tendo, seguidamente, questionado o Presidente da Câmara sobre qual é afinal o valor avultado da revisão de preços, questão que já vem a colocar há mais de um ano. Mais disse, que se a Prestação de Contas tem de ser transparente, aonde é que aparece o valor e porque o combustível e a energia aparecem quantificados em valor e em percentagem no parágrafo que leu e a revisão de preços vem quantificada com um adjetivo. Concluiu a sua intervenção, solicitando a informação da revisão de preços para conhecimento daquela Assembleia.

Seguidamente, interveio o deputado António Frias. Começou por afirmar que faz sempre questão de intervir sobre este ponto e, ao longo dos anos vai repetindo o discurso. Afirmou que, ouvidas as explicações do senhor Presidente, admitindo uma execução muito aquém do que são as perspetivas e as necessidades da Câmara e com o que já ali foi ouvido no Período Antes da Ordem do Dia, falando-se em casos recorrentes, questionou há quantos anos se anda a falar naquela Assembleia no problema concreto da Freineda e Vilar Formoso. Afirmou que “os anos vão passando e as explicações cada um dá as que julga melhores”, mas, na sua opinião, alguma coisa não funciona. Mais disse que o senhor Presidente informou que houve

Red
MARCIN
Lance.

alguma execução mas ao olhar-se para o Orçamento, a nível de montante, a revitalização da Rua do Comércio em Vilar Formoso e as Portas de S.Francisco, “em relação ao primeiro, com os problemas de execução que houve, estamos em abril de 2023, mais de quatro meses passados da questão de um erro que foi nosso, salvo seja, do Município, nessa questão não conseguimos resolver”. Outro lapso, já ali apontado hoje, disse, foi, o porquê daqueles contentores subterrâneos ainda não estarem a funcionar. Quanto à sinalização vertical e regulamentação do trânsito naquela via, está bastante pior, segundo a sua opinião, para além de que não há perspectiva daquela obra acabar, e que para si já é doloroso falar dela. Disse saber que nem tudo está nas mãos do Presidente da Câmara, mas diz que, “com este ritmo não vamos lá”. Afirmou que, o Senhor Presidente disse que a falta de execução também se prendia com a falta de recursos humanos, mas dirigindo-se ao próprio, disse-lhe que tem a maioria para recorrer a concursos. Continuou dizendo, que não está satisfeito e manifesta o seu desacordo. Disse não duvidar do empenho, mas os resultados querem-se. Dirigiu-se, posteriormente à Doutora Laura Baltazar, Chefe da Divisão Financeira e Administrativa para perguntar sobre a aquisição de três carrinhas elétricas à empresa *Ambienti D’Interni*, por concurso público, na rubrica de Transferência de Subsídios Concedidos, que não está publicado no Base.Gov. e que na situação dos contratos adjudicados não aparece.

O senhor Presidente da Câmara referiu que as carrinhas a que se refere não são carrinhas elétricas, são três carrinhas normais de caixa aberta e que fizeram aquisição de duas viaturas elétricas sim, mas através de uma central de compras.

O senhor António Frias questionou sobre o porquê daquela aquisição aparecer nas Transferências, afirmando que gostava de ser esclarecido. Continuou a sua intervenção, questionando sobre uma dívida a terceiros a uma empresa denominada “*DianaFalo*”, querendo saber de que serviço se tratou, ao que lhe foi respondido que foi da Recriação Histórica do Cerco de Almeida. Tomou a palavra o senhor presidente da Câmara, para dizer que por vezes essa situação pode acontecer pela falta de entrega de documentação. O senhor António Frias disse que ficou esclarecido.

Tomou a palavra o deputado João Fabião. Disse que genericamente as contas estão favoráveis e representam uma boa saúde, o que é de louvar e todos os munícipes agradecem essa gestão cativante, no entanto, há muita despesa prevista que não é realizada, nomeadamente, no que é despesa de capital porque esta é que é a verdadeira despesa de investimento e que gera valor ao município. Disse que o senhor Presidente da Câmara se escuda da inflação, da guerra e se a execução desta rubrica de despesa de capital foi de 46% em 2022 e a inflação foi em média 7,8% então descontando, pode dizer-se que a execução foi mais baixa do que está apresentado, pelo que será de 38.2% ou 39%, o que lhe parece muito aquém

para o desenvolvimento do município, dizendo que gostava de perceber melhor a falta do êxito num Orçamento com tanta obra.

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para que pudesse responder.

O senhor Presidente da Câmara disse que em relação à execução, admitiu ser baixa, mas que também já tinha explicado o motivo e que se relacionava com a falta de êxito em lançamento de algumas empreitadas que tinham previsto e se forem ver ao valor que elas têm e o que significam está a corresponder a um valor entre 20 a 30% das intenções. Mais disse que quando referiu que a inflação veio a penalizar, quis dizer que veio a penalizar nas aquisições, na energia, nos combustíveis e nos custos dos materiais. Nas revisões de preços, e aproveitando para responder ao senhor João Filipe Coelho, diz respeito ao ano anterior, mas é calculada no final, pelo que as revisões de preços estão “agora a cair-nos em cima”, daí a sua previsão de que vão ter dificuldade, mas afirmou que se o deputado faz tanta questão, farão as contas. Pediu para intervir acerca desta questão a Doutora Laura Baltazar para informar que no documento, na folha onde diz “Situação do Final dos Contratos” tem lá descrito o valor da revisão de preços. Relativamente às obras de Vilar Formoso e das Portas de Almeida, “quando não há a velocidade quer da nossa parte quer da parte das entidades temos maiores dificuldades” mas referiu que solicitou o Parecer Definitivo da obra de Vilar Formoso em novembro e, pessoalmente, contava que a questão estivesse resolvida em dezembro e que o empreiteiro nem tivesse parado a obra mas disse que continuam à espera da aprovação, referindo que já disse em reunião de Câmara que sabe que já há aprovação das Infraestruturas de Portugal mas falta a aprovação do IMT – Instituto de Mobilidade e Transportes. Sem essa aprovação não existe aceitação para se poder executar. Também sabe que é tempo a mais, mas ele próprio não entende de o porquê destas situações estarem a acontecer. Obviamente a execução seria melhor com estas questões resolvidas, afirmou.

Prosseguiu o Senhor Presidente, esclarecendo ainda, e em função da pergunta da Deputada Tânia Martinho que fizeram um plano pessoal e ainda estão a fazer recrutamento. Certamente com a experiência que estão a ganhar alguns dos funcionários que entraram conseguirão dar uma melhor resposta e o que não se conseguir terá de se recorrer a serviços externos para que se consiga maior execução, daí também ser colocado no Orçamento.

Quanto aos contentores, tem de haver uma receção provisória para poder colocar em funcionamento, seria muito penalizador que a rua em si fosse um estaleiro fechado, pelo que os contentores entrarão em funcionamento assim que se conseguir fazer uma receção provisória, acrescentando que houve dificuldade de implementação de alguns contentores.

Rab
MAF
Luis

Colocado a votação o documento da Prestação de Contas do Ano 2022, conforme o disposto na alínea i), do nº 1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, foi o mesmo aprovado, por maioria, com 22 (vinte e dois) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 9 (nove) abstenções, dos deputados João Saraiva Coelho, José Gonçalves, Tânia Martinho, Jaime Varelas, António Frias, João Fabião, Sara Correia, Sónia Carvalho e André Silva.

Rod
MARTINHO

Leand.

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que, nos termos do disposto no artigo 49.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais fixa-se o período de intervenção aberto ao público, lembrando que este período está contido no Regimento da Assembleia Municipal de Almeida, nos pontos 1 e 3, do artigo 20.º, sendo dado 5 (cinco) minutos a cada intervenção, não podendo exceder um total de 30 (trinta) minutos, solicitando, de seguida, a cada um dos intervenientes que identifique, de forma clara, o assunto a tratar.

Inscreeu-se neste período o senhor António dos Santos para afirmar que, tal como na Freineda, na Aldeia de São Sebastião também acontece o problema da falta de pressão de água e a sua intervenção vai no sentido de que seja direcionada a atenção da Câmara para este problema. Seguidamente, falou sobre a questão de segurança das muralhas de Castelo Bom, junto às portas, dizendo que estão em situação de perigo e que o preocupa o avultado número de visitantes que a localidade tem vindo a receber. Ainda durante aquela semana receberam a visita de um grupo de alunos de uma escola e de estrangeiros, e que, inclusive, com esse grupo de estrangeiros aconteceu um pequeno problema que poderia ter sido maior e mais grave. Por fim, alertou para uma questão na Nacional 16, sentido Vilar Formoso-Guarda, os chamados poços de extração de pedra criados aquando da construção da Nacional 16 e que, na sua opinião deveriam ser sinalizados e colocada proteção de um lado e do outro.

Inscreeu-se o senhor Leandro Morgado para fazer uma sugestão. Dado que naquela Assembleia se falou dos Biocombustores, queria deixar a nota de que era importante haver o reforço dos ecopontos nas aldeias. Referiu que na Freineda só existe um ponto de recolha e que está sempre cheio, solicitando assim que o senhor Presidente da Câmara fizesse esse pedido de reforço junto da empresa gestora dos ecopontos. Como Presidente de Junta disse estar preparado para educar e ajudar a população a fazer essa separação pois quer uma aldeia limpa e uma aldeia ambientalmente sustentável.

O senhor Presidente de Câmara tomou a palavra para responder ao senhor António Santos, dizendo que com a solução que está pensada para resolução da pressão na parte alta de Vilar Formoso ajudará também a resolver o problema da pressão de água na Aldeia de São Sebastião, pois o abastecimento é feito do mesmo local. Relativamente ao assunto das muralhas, referiu que vai entregar esse assunto à Proteção Civil que é para se agendar uma visita com o senhor António, enquanto Presidente de União de Freguesias. Quanto à questão dos poços, explicou que os poços são privados, contudo, houve uma altura que foi pensado ali serem colocadas uma guardas de segurança, pelo que se irá reforçar novamente. Quanto à sugestão dada pelo senhor Leandro Morgado, o Presidente recordou aquela Assembleia e ao próprio, que nos últimos anos se triplicou o número de ecopontos colocados nas freguesias, havendo uma melhoria significativa do que existia e que passou a existir, contudo, não invalida que se faça o pedido de reforço à Resiestrela que é a empresa responsável e que se tem mostrado aberta às solicitações do Município. Pediu para intervir a Doutora Laura Baltazar, para dar informação que ficou pendente em relação ao contrato de aquisição das carrinhas, dizendo que a aquisição faz parte do projeto ambiental para com as Associações de Freguesias e que vão ser doadas a estas.

Rolim
MARCIO
Lunes

APROVAÇÃO EM MINUTA

Lavradas e lidas as deliberações constantes desta ata, foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata, pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Paulo Pires Rolim, ficando aprovada, por unanimidade, a minuta desta ata da Assembleia Municipal de Almeida, em ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Foram colocados os pontos 2, 3 e 4 a votação em minuta, tendo sido os mesmos aprovados, por unanimidade, para produzir efeitos imediatos e executórios.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, eram onze horas e quinze minutos, do dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte três, quando o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida deu por encerrada a presente sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, João Paulo Pires Rolim, pelo Segundo Secretário, Mariana de Almeida Estevão e por mim, Lara Catarina Pereira Gomes Silva, que a subscrevi.

O Presidente da Mesa

João Paulo Pinheiro

O Segundo Secretário

MARCUS

A Assistente Técnica

Lana Gomes Silva